

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 9, número 1 (2018)
ISSN: 2177-2886

Diálogo
Movimentos
Sociais

Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil

*De la Cartografía de la Resistencia al
Observatorio de la Violencia contra Personas
Trans en Brasil*

*Cartography of the Resistance to the
Observatory of Violence against Trans People in
Brazil*

Sayonara Naider Bonfim Nogueira¹

Instituto Brasileiro Trans de Educação - Brasil
sayonarativ@hotmail.com

Como citar este artigo:

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

São ainda incipientes os estudos e pesquisas relacionados ao universo das pessoas trans² no Brasil cujo foco seja compreender de forma mais profunda a realidade dessa população ainda tão discriminada e excluída da nossa sociedade. Ainda que a Constituição Federal de 1988 traga o conceito de cidadania ampliada, essa população ainda é exonerada de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física.

Segundo o Relatório de Assassinatos de LGBTs no Brasil do Grupo Gay da Bahia de 2015, as pessoas trans compõem um dos grupos mais vitimizados no país, uma vez que o risco de uma pessoa travesti, transexual ou transgênero ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cis gay, e a chance dessa morte ser violenta é 9 vezes maior. Segundo agências internacionais, quase metade dos homicídios contra pessoas trans do mundo ocorre no Brasil, no entanto, o número de ocorrências desse tipo pode ser ainda maior, devido ao elevado índice de subnotificação. Sabendo-se que existem muitos casos não noticiados ou nos quais as vítimas são registradas de forma errônea como ‘homem’ ou ‘homossexual’.

Assim, ainda não é conhecido o número exato de pessoas trans que sofrem a violação dos seus Direitos Humanos. Centenas de travestis morrem por ano vítimas do uso de silicone industrial ou por problemas causados pelo uso indiscriminado de hormônios. Mesmo com alguns avanços na área de saúde integral para pessoas trans, ainda são escassos os hospitais que atendem essa população.

Muitas pessoas travestis, transexuais e transgênero deixam o Brasil em busca de uma vida estável na Europa. No Brasil, é comum que pessoas trans sejam excluídas do mercado de trabalho, excluídas do espaço escolar desde as séries iniciais e expulsas de casa ainda na infância. Muitas não possuem nem documentos de registro e são enterradas como indigentes, o que mostra o desrespeito a essa população até mesmo na hora da morte.

A jornalista Ana Ribeiro em 2014 retratou essa situação para uma matéria no Canal iGay, no qual mencionava que socialmente existem todas aquelas perversidades cotidianas que são impostas por aqueles indivíduos que se recusam a tratar-nos de acordo com a nossa identidade de gênero. Na morte, muitas vezes são enterradas pelas amigas ou como indigentes, porque as famílias não clamam o corpo. A esse ser humano é recusado, desde o seu nascimento até o fim da sua vida, o direito de ser elx mesm^x.

As histórias de exclusão social e discriminação são reafirmadas por meio de discursos sobre a violência e o desprezo social que sofremos todos os dias. Na fala das pessoas trans observa-se um sentimento de aflição resultantes dos confrontos e enfrentamentos rotineiros e da não aceitação da sociedade, que podem levar até ao suicídio.

1 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, professora, gestora pública, especialista em Atendimento Educacional Especializado e Coordenação Pedagógica, técnica em Políticas Públicas de Gênero e Raça, vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação, travesti e militante LGBTI.

2 Utilizarei o termo pessoas trans para incluir as travestis, homens e mulheres trans.

Deste modo, é imprescindível refletir acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade que abandona e marginaliza xs que irrompem com os padrões heterocisnormativos. A maior parte da população trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas.

O grau de invisibilidade social das pessoas trans no Brasil é tão grande que não existem censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) que possam mapear esse segmento pelo país para poder fomentar políticas de Direitos Humanos, no combate à violência e na criação de Políticas Públicas de Estado para atender as nossas demandas.

Enquanto professora durante 16 anos na rede estadual pública de Minas Gerais, travesti e ativista, levei o tema da violência e assassinatos de pessoas trans, uma vez que era um assunto recorrente na mídia, nas redes sociais, nas universidades e em diferentes setores da sociedade. Os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos fundamentais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo. A violência, contudo, não nos cerca apenas como algo distante ou abstrato, pois se transformou em algo habitual, que pode se localizar em toda parte, na rua, diante de casa e na família.

Com formação em Geografia, percebia que os alunos tinham certa dificuldade com o conteúdo referente à Cartografia, e como sou uma professora protagonista do meu próprio movimento sempre trabalhei as questões sociais com meus alunos, tanto do Ensino Fundamental como do Médio. Em 2012, na tentativa de mudar o método para trabalhar a cartografia na sala de aula, iniciei com os alunos um projeto denominado ‘Cartografia da Resistência’, que é uma cartografia social, vinculada aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que um mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade.

O primeiro trabalho que desenvolvemos na sala referia-se ao número de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil, a partir desses números xs alunxs construíam gráficos demonstrando o índice de lésbicas, gays, travestis e transexuais assassinados, e construíam mapas mostrando esse número por estados e regiões. Essa pesquisa era feita por meio de sites de organizações já existentes e sempre citadas como fontes em relação aos casos de homotransfobia. E como foi um trabalho bem desenvolvido, ele foi continuado por muitos anos, ao longo dos quais, percebeu-se que, equivocadamente, mulheres trans e homens trans eram definidos como gays e lésbicas, ou seja, as informações colaboravam para a subnotificação dos casos de pessoas trans e aumentavam o número de casos de assassinatos de gays e lésbicas no relatório final.

No final de 2015, durante o Fórum Social em Porto Alegre (RS), na época era secretária de comunicação da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – Rede Trans Brasil, surgiu a ideia de construção de um site com notificação de

violação dos direitos humanos somente de pessoas travestis e transexuais já que são registrados apenas os assassinatos dessas pessoas.

Para a realização da pesquisa utilizamos como fonte duas bases de dados: o Google Notícias e as páginas de plantões policiais. As palavras-chaves utilizadas para a busca são: ‘Travesti’ – ‘Transexual’ – ‘Morte’ – ‘Assassinato’ – ‘Agressão’ e mais a data do dia da busca. No início foi perceptível que, ao se buscar por substantivos, adjetivos e pronomes no gênero feminino, não se encontravam notícias, mas sim quando se buscava com a inclusão do artigo ‘o’. O número de notícias era ainda maior quando se utilizava termos como ‘traveco’ e ‘homem encontrado com vestimentas de mulher’, o que demonstra a forma pejorativa com que o segmento é tratado pela mídia.

Percebeu-se ainda que, quando se buscava pelo termo ‘transexual’, apareciam muitas notícias relacionadas a pessoas transexuais que terminaram algum curso acadêmico, que constituíram família, que fizeram cirurgias ou trabalhavam com moda. Por outro lado, quando se busca pelo termo ‘travesti’, as notícias estavam, em sua maioria, relacionadas à prostituição, vídeos pornográficos, agressões e morte.

Infelizmente, não são todos os órgãos de comunicação que publicam esse tipo de matéria, e quando publicam, fazem de forma transfóbica, coisificando, vulgarizando e marginalizando as pessoas travestis e transexuais. Na maior parte das reportagens sobre casos de assassinatos de pessoas trans, seus nomes sociais e gêneros são desrespeitados.

A construção do site proporcionou também a parceria com a rede europeia Transgender Europe, à qual era enviado todos os meses a relação dos assassinatos ocorridos no país. Tive ainda a oportunidade de participar de vários treinamentos internacionais sobre metodologias de catalogação, sendo o primeiro em Bologna, na Itália e Bangkok, na Tailândia em 2016 e em 2017 na Cidade de Guatemala na Guatemala.

O Observatório de Pessoas Trans Assassinadas do projeto Transrespeito versus Transfobia no Mundo (TvT) do TGEU monitora, coleta e analisa sistematicamente relatórios de homicídios de pessoas trans e/ou gênero-diversas em todo o mundo. Os relatórios fornecem informações contextuais sobre o monitoramento e relato de assassinatos de pessoas trans e/ou gênero-diversas e resumem os resultados. As tabelas apresentam estatísticas sobre a região do mundo, país, data, localização e causa de morte, idade e profissão das vítimas. A equipe de pesquisa do TvT atualiza e avalia regularmente os resultados em ordem cronológica, começando com a atualização mais recente.

Foi um trabalho complexo na catalogação de assassinatos de pessoas trans no país, mas com um resultado aplausível o que gerou a transição da Rede Trans Brasil para um projeto independente e o surgimento do observatoriotrans.org onde existe um link direcionado há um observatório de violência, onde se analisam as tentativas de homicídio, a violação dos direitos humanos, os assassinatos e um canal de denúncia, denominado Plataforma T, direcionado a professorex/as e alunos/as transexuais vítimas de transfobia institucional.

Infelizmente alguns movimentos sociais organizados são marcados pelo coletivismo, querem generalizar uma regra, suprimindo a capacidade crítica individual das pessoas, substituindo os pensamentos particulares, por coisas

impostas por outras pessoas, aprisionando deste modo, os horizontes do pensamento pessoal e a eliminação da liberdade de expressão. Neste novo site é possível encontrar também o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) que não é uma Rede, e sim um Instituto, formado por professorxs travestis e transexuais, e, sobretudo, protagonistxs de suas próprias pesquisas.

No cenário educacional brasileiro, professoras e professores transexuais são cada vez mais visíveis. Ainda que estabeleçam uma minoria em termos numéricos, originam para o debate na educação, diversas questões polêmicas, sobretudo por conta da curiosidade que instauram e do impacto nos modos de relação profissional no ambiente escolar.

O IBTE, tem como grande característica promover as discussões de pesquisa, produção de conhecimento e todas as demandas que envolvem processos de educação, bem como o monitoramento da violência contra as pessoas trans, porém, tudo desenvolvido pelas próprias pessoas trans, que durante todo esse percurso histórico dos movimentos ‘homossexual, GLBT e LGBT’ no Brasil, a população de travestis, mulheres e homens transexuais viveram na margem desse processo de produção de políticas públicas, do mercado de trabalho, da educação e demais demandas sociais cotidianas e rotineiras para todas as pessoas cisgêneras, inclusive as que tangem os processos de exclusão, que para as pessoas trans isso é algo ainda mais agravante e violento.

Por fim, busca-se com a criação do IBTE uma nova forma de produzir conhecimento, pesquisas, políticas públicas e demandas educacionais para pessoas trans, e com isso promover a visibilidade, mesmo que a passos lentos, porém largos, dentro de uma sociedade que condena as pessoas que estão fora de uma certa heterossexualidade compulsória. O IBTE junto ao Observatório Trans é mais que um instituto, é monitoramento, é parceria, é educação, é política pública, é produção científica, acadêmica, educacional, ou seja, é produção de vida, de vida trans.

Referências

BARBOSA, A. C. S.; PIMENTEL, I. I. A questão da identidade travesti e a construção do espaço simbólico na Avenida Augusto Severo, Bairro da Glória – RJ. **Anais...** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de Diálogos e Práticas, 25 a 31 de julho de 2010, Porto Alegre.

BENEDETTI, M. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. Tá lá o corpo estendido no chão...: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, v. 16, n.

2, p. 233 – 249, 2006.

EDITORIA GGB. Bahia: Salvador, janeiro de 2016. Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório de 2015.

FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; MOSCAROLA, J. **Uso da Internet no processo de pesquisa e análise de dados**, s/d.

LA GATA, C.; BERREDO, L. **Informe anual del TMM 2016: 2.190 asesinatos son sólo la punta del iceberg: una introducción al proyecto Observatorio de Personas Trans Asesinadas**, TGEU, 2016.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p. 45 – 59, 2013.

RIBEIRO, A. Ser enterrada como homem é história que se repete entre as transexuais. *iGay - iG*, 27/11/2014.

SANTOS, D. B. C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TGEU. Projeto de investigação TvT (2016). **Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM)**. Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) project.

Recebido em 05 de Fevereiro de 2018.

Aceito em 09 de Março de 2018.

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

